

NÓS A DESATAR

Setor elétrico entre o tarifaço e a escassez

Falta de chuvas, turbulências regulatórias e rombos financeiros levaram a um caos energético. Além de equacionar esses problemas, próximo governo terá de recuperar a confiança para atrair investimento na oferta

» SIMONE KAFRUNI

Quem sair vitorioso na eleição presidencial do próximo domingo terá de encarar a missão quase impossível de sanar o caos elétrico, torcendo para que as chuvas venham generosas. A estiagem e, sobretudo, as intervenções do governo deflagradas pela Medida Provisória (MP) 579, de 2012, provocaram o desarranjo em um setor vital para o desenvolvimento do país. Sem energia, não há produção nem expansão da atividade econômica. O rombo gerado pela atual crise já passa de R\$ 70 bilhões, fatura que será rateada entre todos os consumidores. Para os especialistas, a retomada da confiança no mercado energético exigirá mudanças, começando pelo estímulo à expansão da oferta.

O atraso na entrega de obras de geração, o descompasso entre as obras de linhas de transmissão e as de usinas, as limitações da modicidade tarifária — política focada no menor preço ao consumidor —, e obstáculos da legislação ambiental, que impedem a construção de grandes reservatórios limitaram a produção de energia renovável. Isso somado à seca prolongada fez o país se tornar dependente das termelétricas, que vendem eletricidade a preços muito mais elevados. Nunca a despesa com fontes térmicas foi tão expressivo quanto agora.

O consumo de energia elétrica no Brasil atingiu 59.291 megawatts (MW) médios de 1º a 14 de outubro, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A geração de energia totalizou no período 62.299 MW médios. Com as represas em níveis quase tão baixos quanto foram em 2001, ano do racionamento, a geração hidrelétrica despencou e precisou ser compensada pela expansão de 39,9% da geração a gás, óleo diesel e carvão. As térmicas produziram 17.963 MW médios na primeira quinzena de outubro, 28,8% do total, um recorde histórico.

Dívida crescente

Com as térmicas ligadas a todo vapor desde 2013 e a pressão da presidente Dilma Rousseff para garantir o desconto médio de 20% na conta de luz prometido com a MP 579, uma manobra considerada eleitoreira, o setor se endividou de forma rápida e acentuada. As distribuidoras — descobertas pela falta de energia leiloada em razão de falhas no planejamento do governo — tiveram que recorrer ao mercado à vista, onde o Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) permaneceu no teto (R\$ 822,83 o MW/hora) a maior parte do ano. Sem caixa, as distribuidoras pediram socorro ao governo.

Além de aportes do Tesouro, que serão pagos pelos contribuintes, na forma de impostos, o governo obrigou o setor a tomar quase R\$ 18 bilhões em empréstimos bancários. O financiamento vai custar R\$ 26,6 bilhões, acrescendo os juros, e será cobrado dos consumidores via aumento na conta de luz, entre 2015 e 2017. "O brasileiro vai pagar a conta, com o bolso direito, como consumidor, e com o bolso esquerdo, como contribuinte", ilustrou Walter Fróes, diretor da CMU Comercializadora de Energia.

Para reequilibrar o setor, o reajuste tarifário deverá ser de, ao menos, 25%, calculam os especialistas. Conforme a CMU, o brasileiro terá que pagar 17 faturas extras de eletricidade para cobrir esse rombo. Mas o imbróglho não se esgota com o que já ocorreu. É possível que o país tenha de recorrer ao racionamento. O Operador Nacional do Sistema (ONS) projeta que o nível dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70% da energia gerada

do país, caia a 19% em 31 de outubro, índice menor do que os 21% verificados em 2001, ano da maior escassez até então.

As chuvas que ainda nem caíram podem ser insuficientes. "Vamos precisar de dois anos com muita chuva para levar esses reservatórios a um patamar que garanta tranquilidade", destacou o gerente de regulação da Safira Energia, Fábio Cuberos. Ele explica que o despacho térmico de 2013 e 2014 terá que ser pago no próximo ano, via encargos, além dos empréstimos. "As distribuidoras também podem ficar descontratadas no primeiro semestre, porque o regime de cotas, imposto pela MP 579, só vai gerar energia mais barata a partir de julho", resumiu.

Para completar, as bandeiras tarifárias começam a vigorar em janeiro. Com condições desfavoráveis de geração, haverá acréscimo de R\$ 1,50 para 100 quilowatts/hora consumidos quando a bandeira for amarela e de R\$ 3 quando for vermelha, cor que deve prevalecer durante o próximo ano, na opinião dos especialistas.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o desconforto do setor ocorre pela sua extrema dependência do regime de chuvas. "O Brasil precisa adequar a oferta de energia. Fazer um planejamento mais realista, organizar os leilões e flexibilizar os licenciamentos ambientais, para que as obras não atrasem tanto", listou. Para ele, é necessário rever a carga tributária do setor para que o custo seja menor, sendo um dos alvos óbvios o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelas unidades da Federação. "Também precisamos incentivar o desenvolvimento de outras fontes de energia", acrescentou.

Alternativas

Para o presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch), Ivo Augusto de Abreu Pugnaroni, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) deveria rever o impedimento de se fazer grandes reservatórios no país. "Não há uma lei em órgãos ambientais que proíba grandes reservatórios. O país precisa de armazenamento. E, para as PCHs participarem dos leilões, o governo tem que oferecer preço mínimo razoável, que garanta retorno aos investidores. Isso não ocorreu nos últimos leilões", lamentou. As pequenas centrais hidrelétricas teriam condições de contribuir com 9,4 mil MW/h para o sistema.

"Isso é 65% de uma Itaipu", frisou. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promete encaminhar a audiência pública uma proposta para simplificar o licenciamento prévio ambiental das PCHs. "Com essa medida, acabaram de libertar 9,4 mil MW/h que estavam presos", comemora Pugnaroni. A agência reguladora também encaminhou proposta para mudar a metodologia de cálculo do PLD, para evitar alto endividamento do setor em 2015. O diretor da Aneel, Romeu Rufino, fala em preço teto de R\$ 388,04, bem inferior aos R\$ 822,83 deste ano. Mas a medida não agrada a todos.

Para o presidente da Thymos Energia, João Carlos Melo, a Aneel quer mudar as regras no meio do jogo. "Os investidores não veem isso com bons olhos. Mudança regulatória ao sabor do vento só afasta investimentos necessários", justificou. Os analistas consideram essencial recuperar a confiança no setor, revendo posturas de órgãos reguladores, disciplinando políticas públicas e aprimorando leilões. Essas tarefas não serão fáceis para o próximo presidente.

Às escuras

Números do desarranjo no setor elétrico desafiam o próximo governo



Razões do rombo

Entenda como a atual crise do setor levou a um endividamento de R\$ 70 bilhões

2012

Governo edita, em setembro, novo marco regulatório e promete desconto das contas de luz

2013

- Renovação antecipada e condicionada das concessões de hidrelétricas tem adesão parcial
- Tarifas reduzidas à força levam empresas do ramo a perder valor na bolsa e a ampliar prejuízos
- Estiagem pressiona mais o setor, e a cara energia térmica é acionada em 100% da capacidade

2014

- Leilões realizados para suprimento em 2014 contratam menos que o necessário às distribuidoras
- Falta de chuvas persiste e forte calor do verão eleva o consumo doméstico acima das expectativas
- Distribuidoras descontratadas em leilão são obrigadas a comprar energia cara no mercado livre
- Preço da energia no mercado à vista atinge a marca histórica de R\$ 822,83 o megawatt/hora (MWh)
- Descapitalizadas e pagando caro pela energia, as distribuidoras pedem socorro ao governo
- Setor toma empréstimo bancário de R\$ 11,2 bilhões por meio de entidade privada, a CCEE
- Governo realiza em abril leilão emergencial para suprimento no mesmo ano, já a partir de maio
- Empréstimo via CCEE é insuficiente e setor contrata mais R\$ 6,6 bilhões em dívidas com bancos
- Para cumprir a meta fiscal do ano, Tesouro Nacional retira R\$ 4 bilhões do aporte que faria
- Reservatórios atingem níveis críticos nas regiões mais importantes para a geração hidrelétrica
- Geradoras também acumulam prejuízo e precisam comprar energia no mercado livre
- Aneel tenta aprovar mudança na metodologia de cálculo do preço da energia no mercado à vista

Herança para 2015

- Empréstimos feitos para as distribuidoras serão pagos nas tarifas de energia, de 2015 a 2017
- Tribunal de Contas da União calcula que, com os juros, valor da dívida chegará a R\$ 26,6 bilhões
- Despachos térmicos de 2013 não foram pagos em 2014 e faturas ficaram para 2015 via encargos
- Sistema de bandeiras tarifárias, que deveria ter entrado em vigor em 2014, começa só em janeiro
- Atrasos impedem a expansão do sistema e quadro é agravado pelo descompasso entre obras
- Mudanças regulatórias deterioraram o ambiente de negócios, comprometendo investimentos

Soluções sugeridas pelos especialistas

- Antecipar leilões de energia nova para o início de cada ano
- Licitar instalações de transmissão após a obtenção de licença prévia
- Aprimorar a gestão do licenciamento para ampliar a oferta
- Assegurar a isonomia concorrencial e disciplinar estatais
- Eliminar a segmentação arbitrária do mercado de energia
- Incentivar o desenvolvimento de outras fontes de energia
- Coibir o uso de encargos setoriais para financiar políticas públicas
- Restabelecer modelo setorial coerente para readquirir confiança

Volta ao nível do racionamento

Sudeste/Centro-Oeste — situação atual **23,28**

Reservatório	Participação na região	Set/2014	Set/2001	Out/2014*	Out/2001
Furnas	17,42	22	12,98	19,2	15,45
Marimbondo	2,72	15,62	13,81	13,96	12,04
Nova Ponte	11,39	17,36	12,96	15,86	12,57
Itumbiara	7,89	16,89	8,59	16,38	4,87
Emborcação	10,82	28,44	12,16	25,67	9,98
São Simão	2,54	19,55	14,31	13,72	11,95

Nordeste — situação atual **19,41**

Reservatório	Participação na região	Set/2014	Set/2001	Out/2014*	Out/2001
Sobradinho	58,20	29,95	10,92	26,49	6,29
Três Marias	31,02	5,16	13,41	4,25	10,28

Norte — situação atual **38,72**

Reservatório	Participação na região	Set/2014	Set/2001	Out/2014*	Out/2001
Serra da Mesa	43,68	12,77	32,27	10,07	—
Tucuruí	51,53	33,98	61,50	29,15	39,62

Sul — situação atual **90,16**

* 12 de outubro de 2014

Fontes: Instituto Acende Brasil, ONS, TCU, Aneel e Thyos Energia

Falta de chuvas, turbulências regulatórias e rombas financeiras levaram a um caos energético. Além de equacionar esses problemas, próximo governo terá de recuperar a confiança para atrair investimento na oferta

Simone Kafruni

Quem sair vitorioso na eleição presidencial do próximo domingo terá de encarar a missão quase impossível de sanar o caos elétrico, torcendo para que as chuvas venham generosas. A estiagem e, sobretudo, as intervenções do governo deflagradas pela Medida Provisória (MP) 579, de 2012, provocaram o desarranjo em um setor vital para o desenvolvimento do país. Sem energia, não há produção nem expansão da atividade econômica. O rombo gerado pela atual crise já passa de R\$ 70 bilhões, fatura que será rateada entre todos os consumidores. Para os especialistas, a retomada da confiança no mercado energético exigirá mudanças, começando pelo estímulo à expansão da oferta.

O atraso na entrega de obras de geração, o descompasso entre as obras de linhas de transmissão e as de usinas, as limitações da modicidade tarifária — política focada no menor preço ao consumidor —, e obstáculos da legislação ambiental, que impedem a construção de grandes reservatórios limitaram a produção de energia renovável. Isso somado à seca prolongada fez o país se tornar dependente das termelétricas, que vendem eletricidade a preços muito mais elevados. Nunca a despesa com fontes térmicas foi tão expressivo quanto agora.

O consumo de energia elétrica no Brasil atingiu 59.291 megawatts (MW) médios de 1º a 14 de outubro, conforme dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A geração de energia totalizou no período 62.299 MW médios. Com as represas em níveis quase tão baixos quanto foram em 2001, ano do racionamento, a geração hidrelétrica despencou e precisou ser compensada pela expansão de 39,9% da geração a gás, óleo diesel e carvão. As térmicas produziram 17.963 MW médios na primeira quinzena de outubro, 28,8% do total, um recorde histórico.

Dívida crescente

Com as térmicas ligadas a todo vapor desde 2013 e a pressão da presidente Dilma Rousseff para garantir o desconto médio de 20% na conta de luz prometido com a MP 579, uma manobra considerada eleitoreira, o setor se endividou de forma rápida e acentuada. As distribuidoras — descobertas pela falta de energia leiloadada em razão de falhas no planejamento do governo — tiveram que recorrer ao mercado à vista, onde o Preço da Liquidação das Diferenças (PLD) permaneceu no teto (R\$ 822,83 o MW/hora) a maior parte do ano. Sem caixa, as distribuidoras pediram socorro ao governo.

Além de aportes do Tesouro, que serão pagos pelos contribuintes, na forma de impostos, o governo obrigou o setor a tomar quase R\$ 18 bilhões em empréstimos bancários. O financiamento vai custar R\$ 26,6 bilhões, acrescendo os juros, e será cobrado dos consumidores via aumento na conta de luz, entre 2015 e 2017. “O brasileiro vai pagar a conta, com o bolso direito, como consumidor, e com o bolso esquerdo, como contribuinte”, ilustrou Walter Fróes, diretor da CMU Comercializadora de Energia.

Para reequilibrar o setor, o reajuste tarifário deverá ser de, ao menos, 25%, calculam os especialistas. Conforme a CMU, o brasileiro terá que pagar 17 faturas extras de eletricidade para cobrir esse rombo. Mas o imbróglcio não se esgota com o que já ocorreu. É possível que o país tenha de recorrer ao racionamento. O Operador Nacional do Sistema (ONS) projeta que o nível dos reservatórios do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, responsável por 70% da energia gerada do país, caia a 19% em 31 de outubro, índice menor do que os 21% verificados em 2001, ano da maior escassez até então.

As chuvas que ainda nem caíram podem ser insuficientes. “Vamos precisar de dois anos com muita chuva para levar esses reservatórios a um patamar que garanta tranquilidade”, destacou o gerente de regulação da Safira Energia, Fábio Cuberos. Ele explica que o despacho térmico de 2013 e 2014 terá que ser pago no próximo ano, via encargos, além dos empréstimos. “As distribuidoras também podem ficar descontratadas no primeiro semestre, porque o regime de cotas, imposto pela MP 579, só vai gerar energia mais barata a partir de julho”, resumiu.

Para completar, as bandeiras tarifárias começam a vigorar em janeiro. Com condições desfavoráveis de geração, haverá acréscimo de R\$ 1,50 para 100 quilowatts/hora consumidos quando a bandeira for amarela e de R\$ 3 quando for vermelha, cor que deve prevalecer durante o próximo ano, na opinião dos especialistas.

Na avaliação do presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o desconforto do setor ocorre pela sua extrema dependência do regime de chuvas. “O Brasil precisa adequar a oferta de energia. Fazer um planejamento mais realista, organizar os leilões e flexibilizar os licenciamentos ambientais, para que as obras não atrasem tanto”, listou. Para ele, é necessário rever a carga tributária do setor para que o custo seja menor, sendo um dos alvos óbvios o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cobrado pelas unidades da Federação. “Também precisamos incentivar o desenvolvimento de outras fontes de energia”, acrescentou.

Alternativas

Para o presidente da Associação Brasileira de Fomento às Pequenas Centrais Hidrelétricas (Abrapch), Ivo Augusto de Abreu Pugnali, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) deveria rever o impedimento de se fazer grandes reservatórios no país. “Não há uma lei em órgãos ambientais que proíba grandes reservatórios. O país precisa de armazenamento. E, para as PCHs participarem dos leilões, o governo tem que oferecer preço mínimo razoável, que garanta retorno aos investidores. Isso não ocorreu nos últimos leilões”, lamentou. As pequenas centrais hidrelétricas teriam condições de contribuir com 9,4 mil MW/h para o sistema. “Isso é 65% de uma Itaipu”, frisou.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) promete encaminhar audiência pública uma proposta para simplificar o licenciamento prévio ambiental das PCHs. “Com essa medida, acabaram de libertar 9,4 mil MW/h que estavam presos”, comemora Pugnali. A agência reguladora também encaminhou proposta para mudar a metodologia de cálculo do PLD, para evitar alto endividamento do setor em 2015. O diretor da Aneel, Romeu Rufino, fala em preço teto de R\$ 388,04, bem inferior aos R\$ 822,83 deste ano. Mas a medida não agrada a todos.

Para o presidente da Thymos Energia, João Carlos Melo, a Aneel quer mudar as regras no meio do jogo. “Os investidores não veem isso com bons olhos. Mudança regulatória ao sabor do vento só afasta

investimentos necessários”, justificou. Os analistas consideram essencial recuperar a confiança no setor, revendo posturas de órgãos reguladores, disciplinando políticas públicas e aprimorando leilões. Essas tarefas não serão fáceis para o próximo presidente.

Às escuras

Razões do rombo

2012

Governo edita, em setembro, novo marco regulatório e promete desconto das contas de luz

2013

Renovação antecipada e condicionada das concessões de hidrelétricas tem adesão parcial
Tarifas reduzidas a força levam empresas do ramo a perder valor na bolsa e a ampliar prejuízos
Estiagem pressiona mais o setor, e a cara energia térmica é acionada em 100% da capacidade

2014

Leilões realizados para suprimento em 2014 contratam menos que o necessário às distribuidoras
Falta de chuvas persiste e forte calor do verão eleva o consumo doméstico acima das expectativas
Distribuidoras descontraídas em leilão são obrigadas a comprar energia cara no mercado livre
Preço da energia no mercado à vista atinge a marca histórica de R\$ 822,83 o megawatt/hora (MWh)
Descapitalizadas e pagando caro pela energia, as distribuidoras pedem socorro ao governo
Setor toma empréstimo bancário de R\$ 11,2 bilhões por meio de entidade privada, a CCEE
Governo realiza em abril leilão emergencial para suprimento no mesmo ano, já a partir de maio
Empréstimo via CCEE é insuficiente e setor contrata mais R\$ 6,6 bilhões em dívidas com bancos
Para cumprir a meta fiscal do ano, Tesouro Nacional retira R\$ 4 bilhões do aporte que fana
Reservatórios atingem níveis críticos nas regiões mais importantes para a geração hidrelétrica
Geradoras também acumulam prejuízo e precisam comprar energia no mercado livre
Aneel tenta aprovar mudança na metodologia de cálculo do preço da energia no mercado à vista

Herança para 2015

Empréstimos feitos para as distribuidoras serão pagos nas tarifas de energia, de 2015 a 2017
Tribunal de Contas da União calcula que, com os juros, valor da dívida chegará a R\$ 26,6 bilhões
Despachos térmicos de 2013 não foram pagos em 2014 e faturas ficaram para 2015 via encargos
Sistema de bandeiras tarifárias, que deveria ter entrado em vigor em 2014, começa só em janeiro
Atrasos impedem a expansão do sistema e quadro é agravado pelo descompasso entre obras
Mudanças regulatórias deterioraram o ambiente de negócios, comprometendo investimentos

Soluções sugeridas pelos especialistas

Antecipar leilões de energia nova para o início de cada ano
Licitar instalações de transmissão após a obtenção de Licença prévia
Aprimorar a gestão do licenciamento para ampliar a oferta
Assegurar a isonomia concorrencial e disciplinar estatais
Eliminar a segmentação arbitrária do mercado de energia
Incentivar o desenvolvimento de outras fontes de energia
Coibir o uso de encargos setoriais para financiar políticas públicas
Restabelecer modelo setorial coerente para readquirir confiança

Volta ao nível do racionamento

Sudeste/Centro-Oeste - Situação atual 23,28

Furnas

participação na região: 17,42

set/2014: 22

set/2001: 12,98

out/2014*: 19,2

out/2001: 15,45

Marimondo

participação na região: 2,72

set/2014: 15,62

set/2001: 13,81

out/2014*: 13,96

out/2001: 12,04

Nova Ponte
participação na região: 11,39
set/2014: 17,36
set/2001: 12,96
out/2014*: 15,86
out/2001: 12,57

Itumbiara
participação na região: 7,89
set/2014: 16,89
set/2001: 8,59
out/2014*: 16,38
out/2001: 4,87

Emborcação
participação na região: 10,82
set/2014: 28,44
set/2001: 12,16
out/2014*: 25,67
out/2001: 9,98

São Simão
participação na região: 2,54
set/2014: 19,55
set/2001: 14,31
out/2014*: 13,72
out/2001: 11,95

Nordeste - situação atual 19,41
Sobradinho
participação na região: 58,20
set/2014: 29,95
set/2001: 10,92
out/2014*: 26,49
out/2001: 6,29

Três Marias
participação na região: 31,02
set/2014: 5,16
set/2001: 13,41
out/2014*: 4,25
out/2001: 10,28

Norte - Situação atual 38,72
Serra da Mesa
participação na região: 43,68
set/2014: 12,77
set/2001: 32,27
out/2014*: 10,07
out/2001: -

Tucuruí
participação na região: 51,53
set/2014: 33,98
set/2001: 61,50
out/2014*: 29,15
out/2001: 39,62

Sul - Situação atual 90,16
*12 de outubro de 2014

Fontes: Instituto Acende Brasil, ONS, TCU, Aneel e ThyMos Energia